



364
8

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000023-15.2009.8.17.0540 (0253184-2 e 0261086-6)

COMARCA: Cumaru – Vara Única
APELANTES: Adilson de Lira e José Ferreira da Cruz
APELADO: Ministério Público Estadual
PROCURADORA: Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATOR: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
REVISOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO TRIPLAMENTE MAJORADO. MATERIALIDADE INCONTESTE. NEGATIVA DE AUTORIA. DESCABIMENTO. AUTORIA PROVENIENTE DOS DEPOIMENTOS DAS VÍTIMAS (SÚMULA 88 – TJPE). INSUFICIÊNCIA DE PROVAS PARA CONDENAÇÃO. INOCORRÊNCIA. USO DE ARMA DE FOGO. ARMA NÃO APREENDIDA OU PERICIADA. APLICAÇÃO DA CAUSA DE AUMENTO DE PENA. POSSIBILIDADE. UTILIZAÇÃO DE OUTROS MEIOS DE PROVA. REDUÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. RECONHECIMENTO DE ILEGALIDADE APTA A PROVOCAR MODIFICAÇÃO NA DOSIMETRIA. PROVIMENTO PARCIAL.

I - Restando suficientemente comprovada a autoria delitiva atribuída ao réu, em face do conjunto probatório, inclusive pela palavra da vítima, sua negativa não prevalece, a teor da Súmula 088-TJPE, nem tampouco a alegada insuficiência de provas, mantendo-se a condenação.

II - O reconhecimento da causa de aumento prevista no art. 157, § 2º, I, do Código Penal prescinde da apreensão e da realização de perícia na arma, quando provado o seu uso no roubo, por outros meios de prova.

III - No que concerne à dosimetria da pena merece amparo a pretensão da defesa. A pena-base foi fixada em 5 (cinco) anos, um pouco acima do mínimo legal. Inexistem causas agravantes ou



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal

Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho

atenuantes. No entanto, na segunda fase da dosimetria da pena, o juiz singular considerou equivocadamente as majorantes do emprego de arma e do concurso de pessoas como agravantes, não havendo sentido em exasperar a pena dos apelantes em 2 (dois) anos, como fez o magistrado primevo. Na tercela fase de fixação da reprimenda, restaram três majorantes a serem sopesadas (uso de arma de fogo, concurso de pessoas e a restrição da liberdade da vítima). Isto posto, considerando que a arma de fogo chegou a ser efetivamente utilizada; bem como, que a restrição à liberdade da vítima se deu por longo espaço de tempo, ou seja, mais de doze horas, entendeu-se restarem demonstradas periculosidade e gravidade da ação suficientes a um aumento de pena máximo - $\frac{1}{2}$ (um meio). Desse modo, deu-se, por maioria de votos, provimento parcial para redimensionar a pena, fixando-a em definitivo em 07 (SETE) ANOS e 06 (SEIS) MESES DE RECLUSÃO.

IV- Recursos Parcialmente providos. Decisão por maioria.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos das **Apelações Criminais nº (0253184-2) e (0261086-6)**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **por maioria, em dar provimento parcial aos Apelos**, tudo nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 07 de 02 de 2013


Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



APELAÇÃO Nº 0000023-15.2009.8.17.0540 (253184-2 e 261086-6)
COMARCA: CUMARU
VARA: VARA ÚNICA
APELANTE: ADILSON DE LIRA E JOSÉ FERREIRA DA CRUZ
DEFENSORES: FLÁVIO ROBERTO DE LIMA E FREDERICO GUIMARÃES
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORES: DRS. RICARDO LAPENDA FIGUEIRÔA E ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Adilson de Lira e José Ferreira da Cruz recorrem, tempestivamente, da decisão de **fls. 199/205**, que os condenou à pena de 09 (nove) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, cumulada com o pagamento de 16 (dezesseis) dias-multa, por haverem incorrido no crime do art. 157, § 2º, inciso V, do Código Penal Brasileiro¹.

Primeiramente, verificou-se que as Apelações 0261086-6 e 253184-2 tratam-se na verdade de dois apelos diferentes que versam sobre o mesmo fato criminoso, pois, por equívoco, a Defensoria Pública no recuso nº 253184-2 apelou em favor do acusado Adilson de Lira quando já havia um recurso de apelações interposto por seu patrono particular, o que ocasionou a duplicidade dos processos, razão pela qual foi determinado por

¹ Art. 157. Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

§ 2º A pena aumenta-se de um terço até metade:

V – se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



este Relator a conexão dos autos através do despacho de **fls. 341/342** (261086-6), a fim de evitar decisões dissidentes.

O Apelante **Adilson de Lira** nas razões recursais apresentadas por seu advogado particular **às fls. 262/269** (261086-6), as quais foram interpostas em **28.10.2011**, bem como nas razões de recurso da Defensoria Pública, **às fls. 217/221**, sendo estas datadas de **26.01.2012**, pugna basicamente os mesmos fundamentos ao requerer: **a)** a sua absolvição, por entender que não há provas idôneas que o aponte como o autor do crime e, subsidiariamente: **b)** o afastamento da qualificadora referente ao uso de arma de fogo, por não ter sido apreendida nenhuma arma em poder do acusado e **c)** a redução da pena imposta, por se encontrar exacerbada ao caso concreto.

O Apelante **José Ferreira da Cruz** apresentou suas razões recursais através da Defensoria Pública **às fls. 242/246**, onde também requer: **a)** a sua absolvição, por entender que não há provas idôneas que o aponte como o autor do crime e, subsidiariamente: **b)** o afastamento da qualificadora referente ao uso de arma de fogo, por não ter sido apreendida nenhuma arma em poder do acusado

O Ministério Público apresentou contrarrazões, **às fls. 226/227, 248/251 e 272/273** (261086-6), pugnando pela manutenção da condenação em todos os seus termos.

A Procuradoria de Justiça, através dos Drs. Ricardo Lapenda Figueirôa e Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti, ofertou parecer, **às fls.**



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



258/260 (253184-2) e **337/338** (261086-6), manifestando-se no sentido de ser negado provimento ao recurso.

Segundo os autos, a denúncia foi **recebida** em **30.04.2009** (fl.62) e a sentença foi **publicada** em **16.11.2009**, não se operando a prescrição da pretensão punitiva estatal. Atualmente, os Apelantes encontram-se **presos** no Presídio de Caruaru/PE, conforme certidão de fl. 313v.

É, em resumo, o relatório.

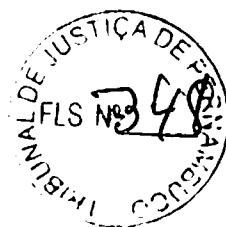
À Douta Revisão.

Recife, 19 de 09 de 2012.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



APELAÇÃO Nº 0000023-15.2009.8.17.0540 (253184-2 e 261086-6)
COMARCA: CUMARU
VARA: VARA ÚNICA
APELANTE: ADILSON DE LIRA E JOSÉ FERREIRA DA CRUZ
DEFENSORES: FLÁVIO ROBERTO DE LIMA E FREDERICO GUIMARÃES
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORES: DRS. RICARDO LAPENDA FIGUEIRÔA E ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL

VOTO

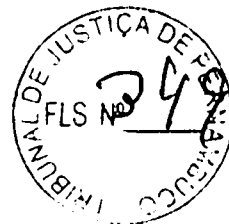
Os Apelantes foram denunciados e condenados, pelo crime de roubo qualificado, à pena de 09 (nove) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, pelo seguinte fato delituoso:

Narra a denúncia que, na manhã do dia 03 de dezembro de 2008, por volta das 10:00 horas, na Rodovia Estadual, na altura da subida da ladeira do Distrito de Ameixas do Município de Cumaru/PE, os Apelantes, em comunhão de desígnios e mediante grave ameaça através do uso de arma de fogo, tomaram o caminhão dirigido pela vítima José Laércio de Barros Feitosa, o qual se fazia acompanhar do amigo Marcilio Pedro da Silva, para, após os manterem em cativeiro, subtraíram 280 (duzentos e oitenta) sacos de cimento de 50kg cada, pertencente ao Grupo Votorantim e que seria entregue a firma Edson e Kaline Representações de Gás Ltda. Diz ainda a denúncia, constar no inquérito policial, que o Apelante, armado com um revólver, surgiu do mato e se aproximou pela porta do passageiro,

EBGF



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



ordenando que o caminhão fosse parado, sendo que, mais acima da ladeira, o Apelante Adilson Lira, também fazendo uso de uma pistola oxidada, surgiu pelo lado do motorista dando ordem para parar o caminhão, o que foi feito. O Apelante Adilson Lira conduziu o caminhão até um matagal onde manteve as vítimas em cativeiro, enquanto a carga do caminhão era saqueada, até a meia noite, momento em que os ofendidos foram avisados que o veículo, objeto do delito, se encontrava a uns 300 (trezentos) metros do local onde estavam.

A materialidade delitiva está comprovada através da nota fiscal de nº 000006836, às fls. 22, juntamente com as fotografias de fls. 28/31 e as declarações das vítimas às fls. 14/17 e 20/21 dos autos.

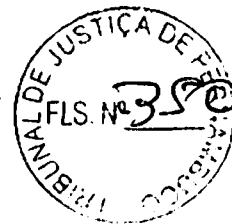
Inicialmente, após uma análise profunda dos autos, verifica-se que há nos autos provas suficientes que confirmam a participação dos Apelantes do delito, uma vez que as vítimas reconheceram os mesmos por fotografia na fase policial (fls. 23/24) e, em Juízo, muito embora tenham declarado expressamente o seu temor e pressão naquele momento, a vítima Marcilio Pedro da Silva, em seu depoimento judicial de fls. 118/119, os reconheceu no corredor como sendo os assaltantes, identificando o Apelante Adilson Lira como aquele que tomou o volante do caminhão.

Ademais, a jurisprudência superior tem pacificado o entendimento acerca do elevado valor probatório do depoimento da vítima no crime de roubo e, na esteira dessa convicção, o Tribunal de Justiça de Pernambuco uniformizou a matéria através da sua **Súmula 88: "Nos crimes de natureza patrimonial, a palavra da vítima, quando**

CA
5



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



ajustada ao contexto probatório, há de prevalecer à negativa do acusado"

Da mesma forma é unânime o entendimento jurisprudencial de que é prescindível a apreensão da arma de fogo para a configuração da qualificadora do inciso I, § 2º, do art. 157, do CP, podendo a sua existência ser comprovada pela palavra coesa das vítimas como no caso em tela.

Nesse sentido:

CRIMINAL. ROUBO. EMPREGO DE ARMA. DESNECESSIDADE DE APREENSÃO E REALIZAÇÃO DE PERÍCIA. UTILIZAÇÃO DE OUTROS MEIOS DE PROVA. INCIDÊNCIA DA MAJORANTE. AGRAVO DESPROVIDO.

I - Consoante entendimento desta Corte, para a caracterização da majorante prevista no art. 157, § 2º, inciso I, do Código Penal, prescinde-se da apreensão e realização de perícia em arma utilizada na prática do crime de roubo, se por outros meios de prova restar evidenciado o seu emprego. Precedentes (STJ. AgRg no AREsp 14117/DF, AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2011/0129051-9. Ministro GILSON DIPP. 01.08.2012)

Quanto à dosimetria da pena imposta ao Apelante Adilson de Lira, esta se encontra correta e devidamente amparada pelas provas dos autos, havendo o juízo *a quo* analisado as circunstâncias judiciais dentro dos parâmetros da proporcionalidade.

Desse modo, não há qualquer reparo a ser realizado na decisão de 1º grau, a qual se apresenta apta a ensejar a condenação dos acusados.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



Com esses fundamentos, **voto** no sentido de **negar provimento** aos recursos, mantendo-se a sentença condenatória de fls. 199/205 em todos os seus termos.

Recife, 19 de 12 de 2012.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho



APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000023-15.2009.8.17.0540 (0253184-2 e 0261086-6)

COMARCA: Cumaru – Vara Única
APELANTES: Adilson de Lira e José Ferreira da Cruz
APELADO: Ministério Público Estadual
PROCURADORA: Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATOR: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
REVISOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

VOTO DE REVISÃO

ADILSON DE LIRA e JOSÉ FERREIRA DA CRUZ, qualificados nos autos (fls. 02), interpuseram Apelação Criminal contra a Sentença de fls. 199/205, proferida pelo Juízo da Vara Única da Comarca de Cumaru/PE, que os condenou à pena de 09 (nove) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado, além do pagamento de 16 (dezesseis) dias-multa, pelo delito de roubo triplamente qualificado (Art. 157, § 2º, incisos I¹, II² e V³ do CPB).

Primeiramente, faz-se importante ressaltar que as Apelações nº 0261086-6 e 0253184-2, tratam-se, na verdade, de dois apelos diferentes que versam sobre o mesmo fato criminoso, pois, por equívoco, a Defensoria Pública no recurso de nº 0253184-2 apelou em favor do acusado Adilson de Lira quando já havia uma apelação que tinha sido interposta por seu patrono particular, o que ocasionou a duplicidade de processos, razão pela qual foi determinada, pelo

¹ I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

² II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

³ V - se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal

Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho



eminente Relator, a conexão dos autos através do despacho de fls. 341/342 (0261086-6), a fim de evitar decisões dissidentes.

Em síntese, narra a Denúncia de fls. 02/05, que, na manhã do dia **03/12/2008**, por volta das 10h00min, na rodovia Estadual, na altura da subida da ladeira do distrito de Ameixas, no município de Cumaru/PE, os Apelantes, em comunhão de desígnios e mediante grave ameaça, através do uso de armas de fogo, tomaram o caminhão dirigido por José Laércio de Barros Feitosa, o qual estava na companhia do amigo Marcílio Pedro da Silva.

Relata-se, ainda, que JOSÉ LAÉRCIO, condutor do veículo roubado, bem como MARCÍLIO, amigo daquele e que o acompanhava quando ocorreu o assalto, foram abordados em AMEIXAS - distrito do município de CUMARU - por dois homens armados que obrigaram o motorista a parar, tendo um deles (ADILSON DE LIRA) assumido a direção do veículo, enquanto o outro (JOSÉ FERREIRA) obrigou as vítimas a descer do caminhão e as conduziu até um matagal, onde ficaram sob vigilância deste.

Noticia-se, também, que, por volta das 19h00min, o acusado JOSÉ FERREIRA foi embora, pois um terceiro sujeito chegou para custodiar os ofendidos. Além disso, narra-se que, por volta de meia-noite, escutou-se um barulho de carro e caminhão, momento em que as vítimas e o indivíduo que as custodiava foram chamados para a margem da pista, quando apareceu outro sujeito com uma espingarda em mãos informando que o caminhão roubado pela manhã estava a uns 300 (trezentos) metros dali e ordenou que os ofendidos fossem embora, pois eles não roubavam caminhões, mas apenas cargas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho



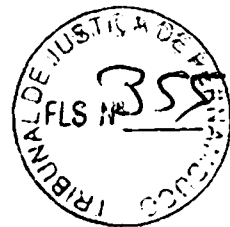
Consta, ainda, na denúncia, que foi retirado o tacógrafo, o aparelho de som com as respectivas caixas, bem como a carga de cimento, avaliada em R\$ 4.564,00 (quatro mil quinhentos e sessenta e quatro reais). Informa-se, também, na exordial acusatória, que os acusados integram um bando armado que vem praticando reiterados assaltos, os quais são investigados nos inquéritos policiais de nºs 199/08 e 36/09, sendo que, até então, somente os ora apelantes foram qualificados.

No Arrazoadado Recursal de fls. 262/269 (0261086-6), datado de 28/10/2011, interposto pelo Patrono do réu **ADILSON DE LIRA**, bem como nas razões recursais, de 26/01/2012, apresentadas pela Defensoria Pública às fls. 217/221 (0253184-2), pleiteia-se basicamente o seguinte: i) A sua absolvição sob o argumento de inexistirem provas suficientes para condená-lo; ii) subsidiariamente, o afastamento da qualificadora referente ao emprego de arma de fogo, em razão de não ter sido apreendida nenhuma arma em poder do acusado; iii) ainda subsidiariamente, a redução da pena imposta, por estar exacerbada.

O apelante **JOSÉ FERREIRA DA CRUZ** apresentou suas razões recursais através da Defensoria Pública às fls. 242/246 (0253184-2), onde também requer: i) A sua absolvição sob o argumento de inexistirem provas suficientes para condená-lo; ii) subsidiariamente, o afastamento da qualificadora referente ao emprego de arma de fogo, em razão de não ter sido apreendida nenhuma arma em seu poder ; iii) ainda subsidiariamente, a redução da pena imposta, por estar exacerbada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho



O Ministério Público contra-arrazoou o recurso às fls. 223/227 e 248/251 do Apelo de nº 0253184-2, bem como às fls. 272/273 do Apelo de nº 0261086-6, manifestando-se pela manutenção integral da Sentença impugnada.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, através dos Drs. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti e Ricardo Lapenda, ofertou Parecer às fls. 258/260 (0253184-2) e 337/338 (0261086-6), opinando pelo improvimento do recurso.

Analisemos.

Observo que a materialidade do crime em questão está configurada através do Boletim de Ocorrência de fls. 08/11 (0261086-6), da nota fiscal de nº 000006836, às fls. 22, pelo conjunto de fotografias de fls. 28/31 e pelos depoimentos das vítimas.

No que diz respeito à autoria, apesar da negativa dos apelantes, também restou suficientemente demonstrada. Com efeito, ambos foram reconhecidos pelas vítimas, na Delegacia, como autores do roubo, tudo conforme autos de reconhecimento fotográfico de fls. 23/24 (0261086-6).

Em sede judicial (fls. 118/119), a vítima, Marcílio Pedro da Silva, embora estivesse temeroso, ratificou o reconhecimento dos Apelantes, afirmando, inclusive, que os reconheceu no corredor do Fórum como sendo os responsáveis pela prática do roubo, e esclareceu que JOSÉ FERREIRA DA CRUZ ficou com ele no cativeiro e ADILSON DE LIRA tomou a direção do caminhão. Como visto, descreveu com detalhes a ação dos roubadores, deixando isolada a negativa de autoria apresentada pelos apelantes.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho



Portanto, o reconhecimento dos apelantes por parte das vítimas em nada se mostra irregular, comprometedor ou inseguro até porque, conseguiu esclarecer os fatos.

Nunca é demais lembrar que a palavra do ofendido, nos delitos de roubo, assume papel de importância capital. Nesse diapasão, o Tribunal de Justiça de Pernambuco uniformizou o seguinte entendimento, através da Súmula de número 88: **“Nos crimes de natureza patrimonial, a palavra da vítima, quando ajustada ao contexto probatório, há de prevalecer à negativa do acusado”**.

Ressalte-se, ainda, que quando o relato se reveste de coerência, robustez e segurança e não demonstra qualquer tendência para o exagero ou o prejuízo injusto, como no caso em tela, deve ser aceito como elemento hábil à condenação.

Ademais, se a palavra da vítima vale para afirmar a autoria do delito, com mais razão vale para comprovar particularidades dele, como o emprego de arma. No caso em questão, a não apreensão da arma de fogo utilizada no roubo, não afasta a qualificadora, devidamente demonstrada pelos depoimentos prestados pelas vítimas. A propósito:

HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL. CRIME DE ROUBO COM USO DE ARMA DE FOGO. ARMA NÃO APREENDIDA OU PERICIADA. APLICAÇÃO DA CAUSA DE AUMENTO DE PENA. POSSIBILIDADE. UTILIZAÇÃO DE OUTROS MEIOS DE PROVA. ORDEM DENEGADA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal

Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho



- 1. A questão de direito tratada nos autos deste habeas corpus diz respeito à possível exclusão da causa especial de aumento de pena decorrente do uso de arma de fogo, que não foi apreendida nem periciada.**
- 2. O reconhecimento da causa de aumento prevista no art. 157, § 2º, I, do Código Penal prescinde da apreensão e da realização de perícia na arma, quando provado o seu uso no roubo, por outros meios de prova.**
- 3. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que não se exclui a causa de aumento prevista no art. 157, § 2º, I, do Código Penal por falta de apreensão da arma, quando comprovado o seu uso por outro meio de prova.**
- 4. Writ denegado. (103800 ES, Relator: Min. ELLEN GRACIE, Data de Julgamento: 03/05/2011, Segunda Turma, Data de Publicação: DJe-090 DIVULG 13-05-2011 PUBLIC 16-05-2011 EMENT VOL-02522-01 PP-00197, undefined)**

No que concerne à dosimetria da pena, todavia, entendo merecer amparo a pretensão da defesa. Vejamos.

Observe que na análise das circunstâncias judiciais (fls. 203/204) de ambos os réus, o juiz singular considerou como desfavoráveis 05 (cinco) delas. Assim, das 08 (oito) circunstâncias analisadas, mais da metade delas é



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho



desfavorável aos réus, se mostrando razoável e proporcional a fixação da reprimenda base um pouco acima do mínimo legal – 5 (cinco) anos.

Inexistem causas agravantes ou atenuantes. No entanto, na segunda fase da dosimetria da pena, o juiz singular considerou equivocadamente as majorantes do emprego de arma e do concurso de pessoas como agravantes. Portanto, não há sentido em exasperar a pena dos apelantes em 2 (dois) anos, como fez o magistrado primevo.

Na terceira fase de fixação da reprimenda, restam três majorantes a serem sopesadas, mais precisamente: o uso de arma de fogo, o concurso de pessoas e a restrição da liberdade da vítima, conforme previsão no Art. 157, §2º, I, II e V.

Isto posto, considerando que a arma de fogo chegou a ser efetivamente utilizada; bem como, que a restrição à liberdade da vítima se deu por longo espaço de tempo, ou seja, mais de doze horas, entendendo restarem demonstradas periculosidade e gravidade da ação suficientes a um aumento de pena máximo - ½ (um meio). Nesse sentido:

**HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO.
PERCENTUAL DAS CAUSAS DE AUMENTO. FIXAÇÃO
ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. POSSIBILIDADE.
FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA.**

1. A pena do paciente foi aumentada em 1/2 em razão da violência extrema e da grave ameaça empregadas contra as vítimas, sem falar no uso efetivo de arma de fogo,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho



circunstâncias aptas a demonstrar a maior reprovabilidade da ação e a periculosidade do agente, justificando, assim, a majoração do percentual relativo às causas especiais de aumento.

2. Ordem denegada. (HC 167242, Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 29/02/2012)

Portanto, aumento a pena base em 1/2 (um meio), passando a mesma, definitivamente, para 7 (sete) anos e 6 (seis) meses de reclusão.

Por derradeiro, registro que deve ser mantida a pena de multa em 16 dias, cada um no valor de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época dos fatos.

Pelo exposto, voto pelo **provimento parcial dos Apelos**, redimensionando o *quantum* da reprimenda aplicada aos Apelantes, nos termos acima descritos;

É como voto.

Recife, 19 de dezembro de 2012


Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Revisor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA



TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL - 19.12.2012.
APELAÇÃO CRIME Nº 261.086-6 E 253.184-2 - CUMARU
APELANTES: ADILSON DE LIRA E JOSÉ FERREIRA DA CRUZ
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR : DESEMBARGADOR CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
REVISOR : DESEMBARGADOR NIVALDO MULATINHO

RELATÓRIO

O Relatório encontra-se às fls. 265/267 dos autos da Apelação nº 253.184-2.

VOTO DO RELATOR

O Voto do Relator encontra-se às fls. 275/278 dos autos da Apelação nº.253.184-2 e fls. 348/351 dos autos da Apelação nº 261.086-6.

VOTO DO REVISOR

O Voto do Revisor encontra-se às fls. 279/286 dos autos da Apelação nº.253.184-2 e fls. 352/359 dos autos da Apelação nº 261.086-6.

DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA (PRESIDENTE)

A Turma está divergente. Enquanto o eminente Relator nega provimento para manter a sentença atacada na sua integralidade, o eminente Revisor dá provimento parcial para redimensionar a pena, fixando-a em definitivo em 07(sete) anos e 06(seis) meses, mantido os demais termos.

Ouvi as razões aqui trazidas pelo eminente Revisor, e peço vênias o eminente Relator para acompanhar S. Exa., o Des. Nivaldo Mulatinho.

DECISÃO:

POR MAIORIA DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL PARA REDIMENSIONAR A PENA PARA 07 (SETE) ANOS E 06 (SEIS) MESES DE RECLUSÃO. LAVRARÁ O ACORDÃO DES. NIVALDO MULATINHO. JULGADO EM CONJUNTO COM PROCESSO Nº 0253184-2.
